18° ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

BELO HORIZONTE - MG
11 - 14 / AGOSTO

PAISAGENS EM DIÁLOGOS
TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS E NATUREZAS

ENEPEA 2026

# O PATRIMÔNIO INDIFERENTE NA PAISAGEM URBANA *SANCARLENSE*

## Apagamentos, Sistema de Espaços Livres e disputas urbanas no I Centenário (1957)

**Sessão Temática 3 - Paisagens e memórias**

*THE INDIFFERENT HERITAGE IN THE URBAN LANDSCAPE OF SÃO CARLOS*

*Erasures, Open Space Systems and urban disputes in the 1st Centenary (1957)*

AFONSO, Tiago
Mestrando no Instituto de Arquitetura e Urbanismo IAU-USP | Universidade de São Paulo| São Carlos, SP, Br | tiagofa@usp.br | ORCID: 0000-0002-7977-1144

**RESUMO**

Este trabalho investiga a morfologia da paisagem urbana brasileira como superfície de inscrição e apagamento de memórias, focando na categoria teórica de "Patrimônio Indiferente". O objetivo é analisar de que modo o projeto de modernidade e as dinâmicas do Sistema de Espaços Livres (SEL) invisibilizam infraestruturas e disputas populares, condenando-as à exclusão. Escrutina-se a cidade de São Carlos (SP), no seu I Centenário (1957). A metodologia adota uma prática contracolonial através de um Atlas Visual Crítico, combinando deriva urbana e análise documental do jornal "Correio de São Carlos". Os resultados demonstram que a monumentalização cívica do Centenário exigiu um epistemicídio urbano: supressão de bondes populares, campanhas higienistas e silenciamento da paisagem operária. Conclui-se que o "Patrimônio Indiferente" é uma tecnologia de poder da forma urbana patrimonialista, desafiando a arquitetura da paisagem a reinserir apagamentos na história da estruturação das cidades.

**Palavras-chave**: Patrimônio Indiferente; Morfologia Urbana; São Carlos; Epistemicídio; Paisagem Cultural.

***ABSTRACT (CALIBRI 11, CAIXA ALTA, ITÁLICO)***

*This paper investigates the morphology of the Brazilian urban landscape as a surface for the inscription and erasure of memories, focusing on the theoretical category of "Indifferent Heritage". The objective is to analyze how the modernity project and Open Space System (SEL) dynamics invisibilize popular infrastructures and urban disputes, condemning them to exclusion. It scrutinizes the city of São Carlos (SP) during its 1st Centenary (1957). The methodology adopts a counter-colonial practice through a Critical Visual Atlas, combining urban drift and documentary analysis of the "Correio de São Carlos" newspaper. Results demonstrate that the civic monumentalization of the Centenary required an urban epistemicide: the suppression of popular trams, hygienist campaigns, and the silencing of the working-class landscape. It concludes that "Indifferent Heritage" is a power technology of the patrimonialist urban form, challenging landscape architecture to reinsert erasures into the history of cities.*

**Keywords:** *Indifferent Heritage; Urban Morphology; São Carlos; Epistemicide; Cultural Landscape.*

## 1 INTRODUÇÃO

A paisagem urbana brasileira sempre funcionou como superfície de inscrição das desigualdades históricas. A produção do espaço e das morfologias urbanas não segue um processo linear de modernização, mas realiza-se por meio do que Milton Santos define como "esquizofrenia do território", onde coexistem a cidade regulada pela racionalidade hegemônica do capital e a cidade vivida por práticas fragmentárias e silenciadas. Nesse sentido, o SEL: Sistema de Espaços Livres (ruas, praças e parques) não atua como suporte físico neutro, mas como campo ativo de disputa onde a memória é monumentalizada e apagada por lógicas de segregação.

A historiografia tradicional do paisagismo e do urbanismo foca-se na conservação de pré-existências chanceladas pelo Estado, conferindo centralidade a monumentos e traçados que exaltam a origem colonial e oligárquica. Contudo, este trabalho propõe um deslocamento epistemológico para investigar as ruínas vivas do progresso através do "Patrimônio Indiferente": o conjunto de memórias urbanas e infraestruturas de sociabilidade subalterna que as políticas hegemônicas ignoram e apagam para consolidar uma estética *pretensamente* moderna, higiênica e livre de contradições sociais.

O laboratório empírico para investigar essa morfologia da exclusão é São Carlos (SP). Autoproclamada "Princesa da Indústria" e "Cidade Sorriso", a cidade vivenciou uma reestruturação do seu discurso imagético e do seu espaço público durante as comemorações do seu I Centenário, em 1957. A hipótese central é que a construção da paisagem cultural oficial *sancarlense* operou via epistemicídio urbano. A monumentalização de praças e estátuas em reverência à elite oligárquica (figuras como o Conde do Pinhal e Jesuíno de Arruda) exigiu, como contrapartida espacial, a destruição sistêmica da paisagem operária e a interdição das apropriações populares do espaço livre urbano.

Busca-se, assim, compreender de que maneira a forma urbana patrimonialista se apropria do Sistema de Espaços Livres não apenas para celebrar o passado hegemônico, mas para produzir o apagamento de sujeitos e infraestruturas que contradizem o mito do progresso pacífico na consolidação da cidade média.

## 2 METODOLOGIA

Para ler a morfologia urbana e a história da arquitetura da paisagem pelo viés da disputa, a pesquisa recusa a historiografia linear. A metodologia ancora-se na construção de um Atlas Visual Crítico, fundamentado no método de montagem de Aby Warburg (Atlas Mnemosyne) e na leitura sintomática de Georges Didi-Huberman. As imagens carregam "fórmulas de páthos" (*Pathosformeln*) e possuem uma capacidade de sobrevivência (*Nachleben*) que atravessa tempos, ressurgindo em novas formas espaciais.

Como prática contracolonial, o método articula dois eixos. O primeiro é a caminhada exploratória, inspirada nas derivas urbanas de Francesco Careri. Logo, andar pelos espaços livres contemporâneos para mapear presenças e ausências, identificando os resquícios da cidade que lutam para sobreviver. O segundo é a deriva documental, focada no jornal "Correio de São Carlos", no segundo semestre de 1957 (ápice do projeto discursivo do Centenário).

As páginas do periódico são tratadas como pranchas de montagem do próprio Atlas. A justaposição visual entre o discurso oficial (inaugurações cívicas e debates) e as margens do jornal (classificados precários e repressão) revela a tensão estrutural urbana. Utilizam-se cinco operadores retóricos: ironia, inversão, hipérbole, catacrese e metonímia como chaves metodológicas para decodificar como as alterações da paisagem foram legitimadas pela elite e pelo poder público.

## 3 DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

A análise da paisagem cultural *sancarlense* em 1957 expõe as operações urbanísticas que moldaram o SEL da cidade. O conceito de Patrimônio Indiferente manifesta-se no arquivo histórico através da destruição de três dimensões do espaço público: a mobilidade popular, a presença marginal nos bairros centrais e a memória do trabalho.

Primeiro, a supressão da mobilidade popular demonstra a reconfiguração do espaço viário em benefício de um modelo excludente. A edição do "Correio de São Carlos" de 28 de agosto de 1957 expõe a revolta com a eliminação sumária dos trilhos do "Bonde 2", importante modal de conexão popular. A retirada dos carris representa a destruição de um patrimônio infraestrutural, denunciada como "regime de arbítrio". Ironicamente, na mesma página, a elite local anunciava uma palestra sobre a macroeconomia do "transporte rodoviário". O transporte de massas foi removido para garantir que as vias públicas fossem entregues ao fetiche do automóvel particular, alterando a morfologia da rua moderna.

Segundo, identifica-se o higienismo como ferramenta de segregação. A preparação para a festa monumental exigiu uma "limpeza" da paisagem. Os jornais de agosto clamam por "Saneamento", exigindo intervenção policial para expulsar moradias populares e "casas suspeitas" dos bairros nobres. O avanço orgânico da cidade real rompia o planejamento asséptico da burguesia, gerando um pânico moral que exigia a remoção da pobreza do perímetro visível. Essa indiferença com as lógicas populares reverbera na forma patrimonialista atual, que seleciona corpos autorizados a ocupar o centro. O apagamento da sociabilidade livre em 1957 reflete-se na recente conversão da Praça da AMOR (espaço comunitário mantido por moradores) em um posto policial, suprimindo o lazer orgânico sob o pretexto da ordem e da segurança urbana.

Por fim, o arquivo revela o epistemicídio da paisagem do trabalho. No exato momento em que o discurso paisagístico da cidade exaltava a "Atenas Paulista" com obeliscos aos pioneiros do

café, evidenciado no mapeamento “Praças e Monumentos” de 4 de novembro de 1957, a materialidade operária era ativamente invalidada. Na edição de 20 de novembro, operários das Indústrias Pereira Lopes entraram em greve por direitos trabalhistas. A imprensa patronal tratou o levante com indiferença, enquadrando o conflito como “mero mal-entendido”. A luta de classes foi extirpada da história oficial. Nesse apagamento, os monumentos da elite atuaram por metonímia: a estátua do patriarca substituiu a totalidade do progresso da cidade, invisibilizando a exploração extrema da classe operária que ergueu a urbe.

A montagem destes episódios demonstra que a forma urbana patrimonialista brasileira opera via seleção estética. O patrimônio oficial monumentaliza a glória através da hipérbole de praças de bronze, destinando as infraestruturas, os corpos e as memórias da base social ao limbo do Patrimônio Indiferente.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A introdução da categoria Patrimônio Indiferente na história da morfologia urbana desafia a disciplina a investigar as ausências estruturais do espaço construído. O estudo do I Centenário de São Carlos (1957) através do Atlas Visual Crítico comprova que o projeto de modernidade e estruturação dos Espaços Livres (SEL) nas cidades médias ocorreu à custa da expropriação violenta da paisagem operária e subalterna.

Os trilhos de bonde arrancados, o higienismo no uso do solo e a metonímia oligárquica demonstram que a conservação e o desenho do espaço público estão intrinsecamente ligados à dominação capitalista. Se a memória oficial se cristaliza em monumentos que desumanizam o tecido social, o estudo da paisagem cultural deve resgatar as micro disputas urbanas apagadas. Pensar a conservação, a história e o restauro de paisagens culturais exigem uma ecologia de saberes capaz de decifrar as “pedras de tropeço” da cidade, transformando o que era tratado com indiferença num território de disputa política e emancipação espacial.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, A. A. (Org.). Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARERI, F. Walkscapes: o caminhar como prática estética. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

CORREIO DE SÃO CARLOS. São Carlos: Gráfica Correio de São Carlos S.A., ago.-dez. 1957. Acervo da Fundação Pró-Memória de São Carlos.

DIDI-HUBERMAN, G. A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

FERREIRA, J. S. W. A forma urbana patrimonialista: limites da ação estatal na produção do espaço urbano no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 24, n. 1, 2022.

FONSECA, M. C. L. O patrimônio em processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2005.

MBEMBE, A. Crítica da Razão Negra. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

WARBURG, A. Atlas Mnemosyne. Madrid: Ediciones Akal, 2003.